

Olá, pessoal. Como estão?

A seguir, a correção da prova de **Julgador Administrativo Tributário**, cargo integrante da Secretaria da Fazenda de Pernambuco.

A prova, de modo geral, exigiu conhecimentos básicos sobre os CPCs, mesmo que tais conteúdos não estivessem no edital explicitamente.

Na semana passada, pusemos aqui um artigo sobre Provisões, falando que o conteúdo seria suficiente para responder 90% das questões que caíssem. E vejam a primeira questão dessa prova! Na mosca!

Forte abraço!

Gabriel Rabelo/Luciano Rosa

gabrielrabelo@estrategiaconcursos.com.br

lucianorosa@estrategiaconcursos.com.br

1. **(FCC/Julgador Administrativo Tributário/SEFAZ PE/2015)** A empresa Processos & Cia. S.A. estava respondendo a alguns processos judiciais, cujas informações estão apresentadas a seguir:

Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2013	Probabilidade de Perda em 31/12/2014	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2014
Trabalhista 1	R\$ 100.000,00	Provável	R\$ 80.000,00
Tributário 1	R\$ 180.000,00	Possível	R\$ 100.000,00
Tributário 2	R\$ 0,00	Possível	R\$ 50.000,00
Ambiental 1	R\$ 0,00	Provável	R\$ 40.000,00

Com base nestas informações, a empresa Processos & Cia. S.A. reconheceu, na Demonstração do Resultado de 2014,

- (A) despesa com provisão no valor de R\$ 40.000,00.
- (B) despesa com provisão no valor de R\$ 120.000,00.
- (C) ganho líquido com provisão no valor de R\$ 160.000,00.
- (D) ganho líquido com provisão no valor de R\$ 80.000,00.
- (E) despesa com provisão no valor de R\$ 20.000,00.

Comentários

O Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes oferece as seguintes definições:

10. Os seguintes termos são usados neste Pronunciamento, com os significados especificados:

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Passivo contingente é:

- (a) uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou
- (b) uma obrigação presente que resulta de eventos passados, mas que não é reconhecida porque:
 - (i) não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou
 - (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

Texto do Pronunciamento 25:

Relação entre provisão e passivo contingente

12. Em sentido geral, todas as provisões são contingentes porque são incertas quanto ao seu prazo ou valor. Porém, neste Pronunciamento Técnico o termo "contingente" é usado para passivos e ativos que não sejam reconhecidos porque a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controle da entidade. Adicionalmente, o termo passivo contingente é usado para passivos que não satisfaçam os critérios de reconhecimento.

13. Este Pronunciamento Técnico distingue entre:

(a) provisões – que são reconhecidas como passivo (presumindo-se que possa ser feita uma estimativa confiável) porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e

(b) passivos contingentes – que não são reconhecidos como passivo porque são:

(i) obrigações **possíveis**, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos, ou

(ii) obrigações presentes que não satisfazem os critérios de reconhecimento deste Pronunciamento Técnico (porque não é provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos para liquidar a obrigação, ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação).

Há, portanto, uma diferença fundamental entre Provisão e Passivo Contingente:

As provisões são contabilizadas, e os passivos contingentes não são.

Os passivos contingentes não são contabilizados, pois:

- 1) Ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente;
- 2) Ou existe a obrigação presente, mas não é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidá-la;
- 3) Ou não pode ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação.

Veremos, a seguir, as condições para que uma provisão seja reconhecida (contabilizada). Conforme o pronunciamento 25:

Reconhecimento

Provisão

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

Temos três possíveis situações:

- 1) Se a saída futura de recursos for **provável**, deve ser contabilizado e divulgado em nota explicativa - **Provisão**.
- 2) Se a saída for **possível** (mas não provável), não deve ser contabilizado, mas deve ser divulgado em nota explicativa - **Passivo contingente divulgado**.
- 3) Se a possibilidade de saída de recursos for **remota**, não deve ser nem contabilizado e nem divulgado - **Passivo contingente não divulgado**.

A grande dificuldade reside na avaliação da possibilidade de saída de recursos. Uma vez estabelecido que a saída é provável, possível ou remota, fica simples estabelecer o correto tratamento contábil.

Para gravar:

Se a saída de recursos for:

Provável: contabiliza e divulga.

Possível: não contabiliza, mas divulga.

Remota: não contabiliza e nem divulga.

Feitas essas considerações, vamos resolver a nossa questão.

Segundo o CPC 25:

59. As provisões devem ser reavaliadas em cada data de balanço e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Se já não for mais provável que seja necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos futuros para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida.

Quando a probabilidade de perda for:

Provável: contabiliza um passivo e divulga em nota explicativa.

Possível: Não contabiliza, mas divulga. (É um passivo contingente).

Remota: Não contabiliza e nem divulga.

Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2013	Probabilidade de Perda em 31/12/2014	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2014
Trabalhista 1	R\$ 100.000,00	Provável	R\$ 80.000,00
Tributário 1	R\$ 180.000,00	Possível	R\$ 100.000,00
Tributário 2	R\$ 0,00	Possível	R\$ 50.000,00
Ambiental 1	R\$ 0,00	Provável	R\$ 40.000,00

Portanto:

- Trabalhista 1: continua provisionando, diminui R\$ 20.000,00 (reversão)
- Tributário 1: era provisão, virou passivo contingente. Reverte os R\$ 180.000,00.
- Tributário 2: passivo contingente, não contabiliza.
- Ambiental 1: constitui nova provisão, no valor de R\$ 40.000,00.

Saldo: + 20.000,00 + 180.000,00 - 40.000,00 = 160.000,00 (receita, ganho líquido)

Gabarito → C.

2. **(FCC/Julgador Administrativo Tributário/SEFAZ PE/2015)** A Cia. Rio Grande adquiriu, em 31/12/2013, 30% das ações da Cia. Rio Sul por R\$ 3.000.000,00 à vista. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido contábil da Cia. Rio Sul era R\$ 5.000.000,00 e o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis dessa Cia. era R\$ 6.000.000,00, sendo a diferença decorrente da variação entre o valor contabilizado pelo custo e o valor justo de um terreno.

No período de 01/01/2014 a 31/12/2014, a Cia. Rio Sul reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido de 2014: R\$ 300.000,00
- Pagamento de dividendos: R\$ 100.000,00

Com base nestas informações, o valor reconhecido em Investimentos em Coligadas, no Balanço Patrimonial individual da Cia. Rio Grande, em 31/12/2014, foi, em reais,

- (A) 3.090.000,00.
- (B) 1.590.000,00.
- (C) 1.890.000,00.
- (D) 3.060.000,00.
- (E) 1.560.000,00.

Comentários

Para resolver rapidamente: a CIA Rio Grande pagou \$3.000.000 à vista, por uma participação de 30%.

A Cia Rio Sul auferiu lucro de \$300.000 e distribuiu dividendos de \$100.000, aumentando o Patrimônio Líquido em \$200.000.

$\$200.000 \times 30\% = \60.000 (aumento do investimento da Rio Grande)
 $\$3.000.000 + \$60.000 = \$3.060.000,00$

Vejamos a contabilização no momento inicial:

O valor patrimonial da Rio Sul é de R\$5.000.000.

$R\$ 5.000.000 \times 30\% = R\$ 1.500.000 =$ valor patrimonial.

Valor justo do PL da Rio Sul = R\$ 6.000.000

$R\$ 6.000.000 - \$5.000.000 = R\$ 1.000.000 \times 30\% = \300.000

O valor de R\$ 300.000,00 é a MAIS VALIA (diferença entra o valor justo e o valor patrimonial).

Assim, temos:

Valor patrimonial	1.500.000
Mais valia	300.000

Como o valor pago foi R\$ 3.000.000, a diferença será o GOODWILL:

$R\$3.000.000 - R\$ 1.500.000 - R\$ 300.000 = R\$ 1.200.000$

Investimento da Rio Grande:

Valor patrimonial	1.500.000
Mais valia	300.000
Goodwill	1.200.000
Total	3.000.000

Gabarito → D.

3. (FCC/Julgador Administrativo Tributário/SEFAZ PE/2015) O Patrimônio Líquido da Cia. Inglesa, em 31/12/2013, possuía as seguintes contas:

Capital Social:	R\$ 1.000.000,00
Reserva Legal:	R\$ 190.000,00
Reserva Estatutária:	R\$ 50.000,00
Reserva de Incentivos Fiscais:	R\$ 30.000,00

Em 2014, a Cia. Inglesa apurou Lucro Líquido de R\$ 400.000,00, destinou a parcela obrigatória para Reserva Legal, e o seu estatuto estabelece a seguinte destinação do saldo remanescente:

- Dividendos Mínimos Obrigatórios: 40% do Lucro Líquido ajustado nos termos da Lei no 6.404/1976 e alterações posteriores;
- Retenção de Lucros: 60% do Lucro Líquido.

Com base nestas informações, a quantia que a Cia. Inglesa distribuiu como dividendos mínimos obrigatórios e a quantia correspondente à Retenção de Lucros foram, respectivamente, em reais,

- (A) 160.000,00 e 240.000,00.
- (B) 152.000,00 e 228.000,00.
- (C) 156.000,00 e 234.000,00.
- (D) 140.000,00 e 240.000,00.
- (E) 156.000,00 e 240.000,00.

Comentários

Base de cálculo dos dividendos: lucro líquido – reserva legal – reserva de contingências + reversão de reserva para contingências – reserva de incentivos fiscais.

Reserva legal: 5% do lucro líquido do exercício.
Reserva legal: 5% x 400.000,00 = 20.000,00

Mas já temos constituído R\$ 190.000,00, e o capital social é de R\$ 1.000.000,00, ou seja, só poderemos constituir mais R\$ 10.000,00.

Base de cálculos dos dividendos: $400.000,00 - 10.000,00 = 390.000,00$

Dividendos: $40\% \times 390.000,00 = 156.000,00$

Reserva de retenção de lucros = $60\% \times 390.000,00 = 234.000,00$.

A distribuição do lucro do exercício, portanto, ficará assim:

- Dividendos: 156.000,00
- Reserva legal: 10.000,00
- Retenção de lucros: 234.000,00

Gabarito → C.

4. **(FCC/Julgador Administrativo Tributário/SEFAZ PE/2015)** Em 01/12/2014, a Cia. Bull & Dog adquiriu 8 títulos no mercado financeiro para aplicar suas disponibilidades de caixa. O valor pago foi R\$ 2.000,00 por título e a Cia. os classificou do seguinte modo: 3 títulos como ativo financeiro destinado para negociação imediata e 5 títulos como ativo financeiro mantido até o vencimento. Sabendo-se que a taxa de juros contratual de todos os títulos era 1% ao mês e que o valor justo de cada título, em 31/12/2014, era R\$ 2.010,00, a Cia. Bull & Dog reconheceu, no mês de dezembro de 2014, receita relativa aos 8 títulos no valor, em reais, de

- (A) 160,00.
- (B) 130,00.
- (C) 80,00.
- (D) 110,00.
- (E) 160,00 e ajustes de avaliação patrimonial no valor de 80,00 (saldo devedor).

Comentários

Os instrumentos financeiros são classificados em 4 grandes grupos:

1) **Empréstimos e recebíveis normais de transações comuns**, como contas a receber de clientes, fornecedores, contas e impostos a pagar etc., que continuam registrados pelos seus valores originais conforme regras anteriores, sujeitos às provisões para perdas e ajuste a valor presente (no caso de esse efeito ser relevante). Não estão destinados à negociação e a entidade fica com eles até seu vencimento. A apropriação de receita ou despesa para esses instrumentos se dá pela taxa efetiva de juros.

2) **Investimentos mantidos até o vencimento**, aqueles para os quais a entidade demonstre essa intenção e mostre, objetivamente, que tem condições de manter essa condição, que continuam também como antes: registrados pelo valor original mais os encargos ou rendimentos financeiros (ou seja, ao "custo

amortizado”, “pela curva”). A apropriação de receita ou despesa para esses instrumentos se dá pela taxa efetiva de juros.

3) **Ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado**, composto pelos **ativos e passivos financeiros destinados a serem negociados** e já colocados nessa condição de negociação, a serem avaliados ao seu valor justo (normalmente valor de mercado), com todas as contrapartidas das variações nesse valor contabilizadas diretamente no resultado.

4) **Ativos financeiros disponíveis para venda**, constituído pelos que serão negociados no futuro, a serem registrados pelo “custo amortizado” e, após isso, ajustados ao valor justo. As contrapartidas do ajuste pela curva (encargos e rendimentos financeiros) vão ao resultado e, após isso, os ajustes ao valor justo ficam na conta de patrimônio líquido ajustes de variação patrimonial até que os ativos e passivos sejam reclassificados para o item anterior ou efetivamente negociados, o que ocorrer primeiro.

Como a denominação dos tipos de instrumentos financeiros é uma tradução do original em inglês, fica difícil entender a diferença entre “destinados à negociação” e “disponíveis para venda”.

O FIPECAFI, através do Suplemento do “Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações”, 1ª. Edição, sugere que tais instrumentos sejam chamados de “Destinados à negociação **imediate**” e “disponíveis para venda **futura**”, o que destaca bem a diferença entre eles.

Portanto, vamos ver a nossa questão:

- Classificação inicial:

D – Instrumentos financeiros destinados à negociação imediata	6.000,00
D – Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento	12.000,00
C – Caixa	18.000,00

- Reconhecimento da receita de juros

D – Instrumentos financeiros destinados à negociação imediata	60,00
D – Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento	100,00
C – Receita de juros	160,00

As receitas reconhecidas, para ambos os títulos, portanto, são de R\$ 160,00. Os títulos mantidos até o vencimento não sofrem ajuste ao valor justo. Por seu turno, os instrumentos financeiros destinados à negociação imediata terão um ajuste a valor justo de natureza devedora, já que é menor que o valor justo é menor que o valor dos juros reconhecidos ($2.020 - 2010 = 10$ por título):

D – Despesa com ajuste a valor justo	30,00
C – Instrumentos financeiros destinados à negociação imediata	30,00

Portanto, $160 - 30 = 130,00$.

Gabarito → B.

5. (FCC/Julgador Administrativo Tributário/SEFAZ PE/2015) A empresa Comercial de Bebidas S.A. apresentou as seguintes demonstrações contábeis (valores em reais):

Balanco Patrimonial					
Ativo	31/12/13	31/12/14	Passivo	31/12/13	31/12/14
Ativo Circulante	260.000	135.000	Passivo Circulante	155.000	80.000
Caixa e Equivalentes	140.000	80.000	Fornecedores	125.000	30.000
Duplicatas a Receber	50.000	20.000	Imposto de Renda e CSLL a Pagar	15.000	20.000
Estoques	60.000	30.000	Adiantamento de Clientes	15.000	10.000
Seguros antecipados	10.000	5.000	Dividendos a Pagar	-	20.000
			Passivo Não Circulante	100.000	110.000
Ativo Não Circulante	140.000	225.000	Empréstimos	100.000	110.000
Imobilizado			Patrimônio Líquido	145.000	170.000
Terreno	140.000	-	Capital Social	130.000	130.000
Equipamentos	-	250.000	Reservas de Lucro	15.000	40.000
Depreciação Acumulada		(25.000)	Total do Passivo + PL	400.000	360.000
Total do Ativo	400.000	360.000			

Demonstração do Resultado	
Período: 01/01/2014 a 31/12/2014	
Receita de Vendas	420.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(273.000)
(=) Lucro Bruto	147.000
(-) Despesas Operacionais	
Despesa de salários	(50.000)
Despesa de aluguel	(20.000)
Despesa de seguros	(5.000)
Despesa de depreciação	(25.000)
(+) Outras receitas operacionais	
Lucro na venda do terreno	14.000
(=) Resultado antes do Resultado Financeiro	61.000
(-) Despesa financeira (juros)	(10.000)
(=) Resultado antes do IR e CSLL	51.000
(-) Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(6.000)
(=) Lucro Líquido	45.000

Considerando as demonstrações contábeis acima, e sabendo que os juros não foram pagos, o valor da venda do terreno foi recebido e os equipamentos foram adquiridos à vista, o fluxo de caixa gerado pelas Atividades Operacionais no ano de 2014 foi, em reais,

- (A) 80.000,00.
- (B) 66.000,00.
- (C) 50.000,00.
- (D) 36.000,00.
- (E) 56.000,00.

Comentários:

Montemos a DFC:

Lucro Líquido	45.000
+ Depreciação	25.000
(-) Lucro venda terreno	-14.000
+ Despesa juros	10.000
Lucro ajustado	66.000
Var. duplicatas a receber	30.000
Var. estoques	30.000
Var. seguros antecipados	5.000
Var. fornecedores	-95.000
IR e CSLL a pagar	-5.000
Var. adiantamento clientes	5.000
Fluxo de caixa operacional	36.000

Gabarito → D.

6. (FCC/Julgador Administrativo Tributário/SEFAZ PE/2015) A Cia. Valor & Riqueza, empresa comercial, apresentou as seguintes informações referentes ao ano de 2014, com os valores expressos em reais:

Receita Bruta de Vendas	700.000,00
(-) Impostos sobre vendas	<u>(120.000,00)</u>
(=) Receita Líquida	580.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	<u>(340.000,00)</u>
(=) Lucro Bruto	240.000,00
(-) Despesas operacionais	
Despesa de depreciação	<u>(30.000,00)</u>
Despesa com salários	<u>(20.000,00)</u>
(=) Lucro antes do IR e CSLL	190.000,00
(-) IR e CSLL	<u>(42.000,00)</u>
(=) Lucro Líquido	148.000,00

O valor dos tributos recuperáveis que estavam incluídos no valor da compra dos produtos comercializados no ano de 2014 foi de R\$ 35.000,00. Considerando estas informações, o valor adicionado a distribuir gerado pela Cia. Valor & Riqueza no ano de 2014 foi, em reais,

- (A) 700.000,00.
- (B) 240.000,00.
- (C) 325.000,00.
- (D) 330.000,00.
- (E) 295.000,00.

Comentários:

Lembremos a estrutura da DVA:

DESCRIÇÃO	20X1	20X0
1 - Receitas		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços		
1.2) Outras receitas		
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios		
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Reversão / (Constituição)		
2 - Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS E COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos		
2.4) Outras (especificar)		
3 - Valor adicionado bruto (1-2)		
4 - Retenções: Depreciação, amortização e exaustão		
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3-4)		
6 - Valor adicionado recebido em transferência		
6.1) Resultado de equivalência patrimonial		
6.2) Receitas financeiras		
6.3) Outras		
7 - Valor adicionado total a distribuir (5+6)		
8 - Distribuição do valor adicionado (*)		
8.1) Pessoal		
8.1.1 - Remuneração direta		
8.1.2 - Benefícios		

8.1.3 - F.G.T.S		
8.2) Impostos, taxas e contribuições		
8.2.1 - Federais		
8.2.2 - Estaduais		
8.2.3 - Municipais		
8.3) Remuneração de capitais de terceiros		
8.3.1 - Juros		
8.3.2 - Aluguéis		
8.3.3 - Outras		
8.4) Remuneração de capitais próprios		
8.4.1 - Juros sobre o capital próprio		
8.4.2 - Dividendos		
8.4.3 - Lucros retidos / Prejuízo do exercício		
8.4.4 - Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)		

Sabemos que o total do item 7 deve ser igual ao do item 8.

Receitas	700.000,00
(-) Insumos adquiridos 3os	(375.000,00)
Valor adicionado bruto	325.000,00
(-) Retenções	(30.000,00)
Valor adicionado líquido	295.000,00

Gabarito → E.

7. (FCC/Julgador Administrativo Tributário/SEFAZ PE/2015) A empresa Verde & Azul S.A. adquiriu, em 01/12/2014, mercadorias para serem revendidas aos seus clientes. As mercadorias foram adquiridas à vista por R\$ 200.000,00, sendo que neste valor estavam incluídos tributos recuperáveis no valor de R\$ 30.000,00 e tributos não recuperáveis no valor de R\$ 23.000,00. Adicionalmente, a empresa Verde & Azul S.A. contratou e pagou o valor de R\$ 8.000,00 pelo transporte destas mercadorias adquiridas até o seu depósito, sendo que neste valor estavam incluídos tributos recuperáveis no valor de R\$ 1.000,00. Em 30/12/2014, a empresa Verde & Azul S.A. revendeu todos estes

produtos por R\$ 420.000,00, à vista, e sobre o valor da venda houve incidência de impostos no valor de R\$ 63.000,00. Com base nestas informações, o lucro bruto apurado pela empresa em dezembro de 2014 foi, em reais,

- (A) 220.000,00.
- (B) 357.000,00.
- (C) 157.000,00.
- (D) 180.000,00.
- (E) 203.000,00.

Comentários

Receita de vendas	420.000,00
(-) Tributos sobre vendas	(63.000,00)
Receita líquida	357.000,00
(-) Custo da mercadoria vendida	(177.000,00)
Lucro bruto	180.000,00

Custo da mercadoria vendida: $200.000,00 - 30.000,00 + 8.000,00 - 1.000,00 = 177.000,00$.

Gabarito → D.

8. (FCC/Julgador Administrativo Tributário/SEFAZ PE/2015) A empresa Patentes & Cia. possuía, em 31/12/2014, um ativo intangível com vida útil indefinida, cujo valor contábil de R\$ 420.000,00 apresentava a seguinte composição:

- Custo de aquisição: R\$ 480.000,00.
- Perda por desvalorização reconhecida em 2013: R\$ 60.000,00

Em 31/12/2014, antes de encerrar o exercício social do ano, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo (impairment) e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 370.000,00.
- Valor justo líquido de despesas de venda: R\$ 400.000,00.

Com base nestas informações, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da empresa Patentes & Cia., em 31/12/2014, foi, em reais,

- (A) 420.000,00.
- (B) 400.000,00.
- (C) 370.000,00.
- (D) 480.000,00.

Portanto, o valor contábil ao final de 2014 será: $600.000,00 - 56.000,00 - 85.000,00 = 459.000,00$.

Gabarito → E.

10. **(FCC/Julgador Administrativo Tributário/SEFAZ PE/2015)** A Cia. Empréstimos S.A. obteve, em 01/12/2014, um empréstimo de US\$ 500.000,00, para ser pago integralmente em 01/12/2015. Não há incidência de juros sobre o empréstimo e na data da obtenção a taxa de câmbio era R\$ 2,65/US\$ 1,00. Em 31/12/2014, a taxa de câmbio era R\$ 2,70/US\$ 1,00 e a taxa de câmbio média do mês de dezembro de 2014 foi R\$ 2,68/US\$ 1,00.

Em 31/12/2014, a taxa de câmbio projetada para 01/12/2015 era R\$ 2,90/US\$ 1,00. Com base nestas informações, o valor apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Empréstimos S.A. referente a este empréstimo foi

- (A) R\$ 1.325.000,00, em 31/12/2014.
- (B) R\$ 1.350.000,00, em 31/12/2014.
- (C) R\$ 1.340.000,00, em 31/12/2014.
- (D) R\$ 1.450.000,00, em 31/12/2014.
- (E) R\$ 1.340.000,00, em 01/12/2014.

Comentários

Empréstimo é item monetário. Os itens monetários ficam registrados pela taxa de fechamento, ou seja, a taxa vigente no dia do encerramento do balanço ou no dia que a questão mencionar.

Em 01/12/2014, o valor do empréstimo era: $US\$ 500.000,00 \times R\$ 2,65 = R\$ 1.325.000,00$

Podemos descartar a letra E.

Em 31.12.2014, o valor do empréstimo era: $US\$ 500.000,00 \times R\$ 2,70 = R\$ 1.350.000,00$

Gabarito → B.

Por hoje é só! Precisando, estamos à disposição.

Gabriel Rabelo/Luciano Rosa

gabrielrabelo@estrategiaconcursos.com.br

<https://www.facebook.com/gabriel.rabelo.391>

lucianorosa@estrategiaconcursos.com.br